

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME I

LV
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

PORTO ALEGRE EM 1873. A IMPRENSA LIBERAL DA CAPITAL COMO FONTE DE ESTUDO PARA A POLÍTICA PROVINCIAL.

(Resumo)

HELGA I. L. PICCOLO

do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da UNISINOS.

Com a presente comunicação visamos mostrar de que maneira um periódico — no caso *A Reforma*, órgão oficial do partido liberal rio-grandense, fundado em 1869 na esteira da crise política resultante da queda do gabinete Zacarias — pode ser usado como fonte para o estudo da História Política da então província do Rio Grande do Sul.

Centrando nossas atenções única e exclusivamente num periódico, não desconhecemos a visão limitada e por certo distorcida da realidade política rio-grandense naquele momento. Mas, a nosso ver, a distorção quer se fizer dessa realidade, não pode ser usada como argumento para impugnar a importância da imprensa como fonte (1).

Não escolhemos arbitrariamente o ano a que nos restringimos — 1873. Esse ano é um marco na História Política da Província do Rio Grande do Sul, porque é quando tem lugar — em pleno domínio conservador — a antinomia Assembléia Legislativa Provincial liberal/ Governo Provincial conservador, antinomia essa resultante da vitória do partido liberal rio-grandense nas eleições do ano anterior.

Alem disso, em 1873, realizando-se a Convenção de Itú — também um marco, na história do movimento republicano brasileiro

(*) — Comunicação apresentada na 1ª sessão de estudos, Equipe B, no dia 3 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

(1). — Ver Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, Vol. II, pg. 225, comunicação de Ana Maria Camargo: *A Imprensa Periódica como Fonte para a História do Brasil*.

— e proclamando-se a efêmera República Espanhola, procuramos ver como se refletiram esses dois acontecimentos na imprensa liberal, como essa imprensa os encarou.

Em tudo *A Reforma* mostrou-se um jornal de partido: nos elogios às idéias liberais (autonomia provincial, autonomia das municipalidades, defesa dos princípios da soberania do povo, separação da Igreja do Estado) e a seus líderes; nos ataques a instituições e homens, principalmente seus adversários políticos.

Em 1873, através da *Reforma*, Porto Alegre, como centro político rio-grandense, não só recebeu um manancial de informações políticas, como também uma acentuada carga doutrinária, que deviam causar impacto e obter ressonância, uma vez que a imprensa conservadora (2) — e os seus artigos transcritos pelo órgão do partido liberal o atestam — sempre procurou restringir sua importância, atenuar seus efeitos junto à opinião pública.

A Reforma de 1873, não deve, no entanto, servir de indicador da conduta futura do partido liberal que, a partir de 1878, quando no poder, passou a assumir no Rio Grande do Sul a mesma atitude antes condenada nos conservadores. Nem tão pouco o julgamento de homens — como é o caso de von Koseritz — define a coerência do jornal.

A transcrição de artigos da imprensa opositora não deve ser olhada como atitude liberal. Esses artigos eram pontos de partida para atacar e refutar as posições dos adversários políticos.

A seleção de notícias vindas do exterior revela o critério da escolha: aquilo que vinha em abono de suas próprias idéias. Assim, as transições de artigos sobre os acontecimentos da Espanha, não significaram uma tomada de posição em favor da República Espanhola. E ao não fazer a mínima referência à Convenção de Itú, por exemplo, *A Reforma* minimizava o movimento republicano brasileiro.

A Reforma, ao definir o papel da imprensa em 5 de agosto —

“a imprensa colocada entre o Estado e a sociedade, tem uma missão a desempenhar. É ela esclarecer o povo sobre seus direitos e o governo sobre seus deveres”

— o fez de maneira parcial.

(2). — O partido conservador possuía, em 1873, dois periódicos em Porto Alegre: *O Constitucional* e *O Rio-Grandense*. A existência de dois jornais conservadores devia-se à profunda cisão que lavrara no partido.

E de maneira parcial, suas páginas podem ser usadas como fonte para o estudo da história política do Rio Grande do Sul.

* *

*

INTERVENÇÃO.

Da Prof.^a *Déa Ribeiro Fenelon* (da Faculdade Ibero-Americana de Ciências e Letras. SP).

Declara que tratando-se de um período de “propaganda” e propondo-se a Autora a chegar à ideologia da classe dominante através do jornal, pergunta-se: como foi tratado o material?

* *

*

RESPOSTA DA PROFESSORA HELGA IRACEMA LANDGRAF PICCOLO.

A Prof.^a *Déa Ribeiro Fenelon*.

Respondeu:

“Ao escolher o assunto de sua comunicação, a autora partiu de elementos que possuía de uma pesquisa anterior, feita nos discursos pronunciados pelos deputados na Assembléa Legislativa da Província do Rio Grande do Sul no espaço de 1868 a 188). Pretendia, através da leitura dos números correspondentes a um ano específico de um jornal — no caso o órgão do partido liberal, partido dominante na política provincial a partir das eleições de 1872 — verificar se as opiniões, os pontos de vista, os postulados, enfim, se o pensamento político dos membros do partido liberal tal qual aparecia nos discursos pronunciados na Assembléa Legislativa coincidia com o que era escrito no citado jornal. A confrontação entre os discursos e os artigos e/ ou notícias veiculadas, mostram uma identidade o que não significa que tudo o que era discutido na Assembléa fosse tratado pela imprensa.

Como, por falta de tempo, o trabalho se restringiu a um ano apenas — o de 1873 — na verdade o que fez foi uma amostragem. Nessas condições, o objetivo maior da comunicação era mostrar, como consta do Resumo publicado, como a imprensa pode ser utilizada como fonte para o estudo da História, no caso História Política, confrontada com outras fontes.

Então, a partir de uma pesquisa já feita, no caso os discursos, procurou-se verificar como os fatos políticos refletiam-se na imprensa e se eram coerentes os liberais nas posições que assumiam na Assembléia e no que escreviam no órgão do seu partido. Assim, a matéria dos números de *A Reforma* do ano de 1873 foi selecionada e analisada de acordo com os objetivos propostos”.